NOTÍCIAS TRF3

Informativo de 16 a 30 de abril de 2009

São Paulo — Edição Nº 11 / 2009

TRIBUNAL REALIZA AVALIAÇÃO DO PERFIL DE SAÚDE DOS SERVIDORES

A médica Rosely Glezer, diretora do Pró-Social, Fátima Cristina, da Seção de Qualidade de Vida do TRF3 e Dione Dantas, supervisora da AMIL

Entre os dias 22 de abril e 5 de maio, técnicos da Amil irão examinar todos os servidores, beneficiários ou não do plano de saúde da empresa, sem custos. A realização dos exames faz parte do Programa de Qualidade de Vida do Tribunal.

Pág. 4

Serviço de Atendimento ao Usuário (E-SAU)

Sistema possibilita aos servidores tirar dúvidas pela intranet sobre aposentadoria, adicional de qualificação, folha de pagamento e lotação

Pág. 8

Seção de Lotação e Designação

Conheça o setor do Tribunal responsável pela lotação de novos servidores e pela recolocação dos que trocam de posto

Pág. 2

CONHEÇA A SEÇÃO DE LOTAÇÃO E DESIGNAÇÃO DO TRIBUNAL

Setor responsável pela lotação dos novos servidores e recolocação dos que pretendem trocar de posto

Quando todos nós, servidores, fomos aprovados no concurso público e nomeados para trabalhar no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ficamos com a sensação de que em mais uma etapa de nossas vidas alcançamos a vitória. Porém, após a nomeação, muitas expectativas começam a tomar conta de nossa mente: em que setor do tribunal vou trabalhar? Será que vou para algum gabinete? Quem serão meus futuros colegas de trabalho?

Essas perguntas começam a ser respondidas após a entrega de documentos, posse e realização do curso de ambientação. É a Seção de Lotação do TRF3, que desde o dia 1º de abril tem a denominação de Seção de Lotação e Designação, a responsável por algumas dessas respostas. Essa seção faz parte da Divisão de Avaliação e Desenvolvimento de Competências da Secretaria de Recursos Humanos, que também passou a se chamar Secretaria de Gestão de Pessoas. A alteração dessas denominações consta na resolução nº 343, de 12 de março de 2009, assinada pela presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira.

A Seção de Lotação e Designação é formada por quatro pessoas, as servidoras **Elizete Martins da Silva**, **Suzi Massumi Takayoshi**, **Kátia Regina Urbanetz de Carvalho** e o estagiário **Miguel Pereira**.

Segundo Elizete Martins, que trabalha com Recursos Humanos há 14 anos, "a razão de ser da Seção de Lotação e Designação é trabalhar basicamente com a movimentação e lotação de servidores". Esse pequeno grupo é o responsável por indicar o posto de trabalho de cada um dos 1866 servidores ativos do Tribunal. E essa indicação é feita segundo alguns critérios: "O perfil profissional do concursado é analisado por psicólogas. A partir desta avaliação buscamos conciliar a qualificação com as vagas abertas. Sempre procuramos o perfil adequado ao que a área precisa e tentamos avaliar se tal pessoa vai se adequar ao trabalho do setor", explica Elizete.

E se alguém ainda tem dúvidas sobre o último concurso, o setor responde: "todas as vagas disponíveis do último concurso já receberam nomeações. Agora só vamos nomear servidores conforme as vacâncias que forem surgindo".

A nomeação de novos concursados só vale para vagas criadas

Fotos: Edgard Catão

As servidoras da Seção de Lotação e Designação: Elizete Martins da Silva, Suzi Massumi Takayoshi, Kátia Regina Urbanetz de Carvalho e o estagiário Miguel Pereira

por lei ou vaga proveniente de vacância (aposentadoria, morte, etc.). As vagas livres, aquelas que um servidor deixa ao trocar de posto de trabalho, só podem ser preenchidas pelos próprios servidores.

Troca de lotação

O setor de lotação também é muito procurado por quem quer trocar de posto de trabalho. O procedimento é o seguinte: "quando alguém quer trocar de lotação, nós pedimos para que ele converse com a chefia imediata para falar sobre essa vontade. Se a chefia concordar, nós fazemos a movimentação, que pode acontecer de duas maneiras: ou direto dessa área para outra, ou o servidor é encaminhado para nova lotação. Neste caso, a gente passa a procurar um local de trabalho para ele, através da análise de seu currículo e perfil", explica Kátia Urbanetz.

Caso a chefia imediata do servidor, após tomar conhecimento de que este gostaria de mudar de área, não o libere imediatamente e peça a reposição da vaga, a portaria 435, assinada pela presidente Marli Ferreira em 17 de abril de 2008, formaliza a questão: "o servidor pode pedir a mudança de área através de um formulário próprio. A chefia toma ciência do pedido e o mesmo é protocolado na Secretaria de Gestão de Pessoas. A partir de então nós temos 30 dias para repor essa vaga, prazo em que o servidor permanecerá no setor de origem", explica Kátia. "Caso não consigamos a reposição, após esse prazo a chefia terá que liberá-lo. Esses 30 dias são necessários porque da mesma maneira que o servidor tem o direito de sair de onde trabalha, a chefia também tem o direito de ter um servidor trabalhando. Esses 30 dias são ideais para tentarmos atender os dois lados", conta Elizete.

Segundo a equipe da Seção de Lotação e Designação, as pessoas pedem mudança de lotação por uma série de motivos, desde um desentendimento com um colega, um problema de saúde, ou ainda, o que é mais comum, a necessidade pessoal de crescimento profissional, como por exemplo, conhecer outras matérias jurídicas", afirma Elizete.

> "Procuramos o perfil adequado ao que a área precisa e tentamos avaliar se tal pessoa vai se adequar ao trabalho do setor."

Gestão por Competência

A portaria 435, que estipulou os critérios para as trocas de lotação, acabou por oficializar a Gestão por Competência como método de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas. A portaria afirma que a Secretaria deve selecionar os servidores com as competências compatíveis às necessidades dos setores. Assim, a adequação entre as competências do servidor e os requisitos solicitados pelo setor é prioridade em uma lotação, seguida pela antigüidade da vaga.

"Quando a gente procura trabalhar o perfil do servidor é para que tudo dê certo, para que ele esteja no lugar adequado e trabalhe satisfeito. Não significa que acertamos o tempo todo, mas a gente se dedica bastante nesse trabalho", afirma Elizete Martins.

Mudança de Gestão

Durante a fase de mudança dos gestores do Tribunal, a Seção de Lotação e Designações vê seu trabalho dobrar. Muitas pessoas saem das suas funções e de seus cargos para assumirem outros, o que implica várias mudanças de vaga. "Procuramos fazer uma fotografia de como está o quadro atual para que o novo gestor conheça as áreas, as vagas, as funções comissionadas e os cargos em comissão, para que ele veja como ele vai trabalhar. Além disso, toda mudança também implica que o gestor traga para si aquelas pessoas que são de sua confiança", explica Elizete.

Ana Carolina Minorello

A supervisora Elizete Martins trabalha com RH há 14 anos

PRÓ-SOCIAL E AMIL TRAÇAM PERFIL DA SAÚDE DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL

O exame, sem custos, será oferecido a todos servidores e magistrados, beneficiários ou não do plano de saúde AMIL

Fotos: Edgard Catão

A supervisora da Seção Específica de Qualidade de Vida, Fátima Cristina da Graça Félix, o servidor Luiz Alberti Júnior e Gisele Milan, estagiária do setor

A Subsecretaria de Assistência Médica e Social e a AMIL, empresa responsável pelo plano de saúde do Tribunal, organizam de 22 de abril a 5 de maio uma avaliação do perfil de saúde e do risco cardiovascular de todos os servidores. A realização dos exames faz parte do Programa de Qualidade de Vida e visa cumprir o disposto na Lei 11.907/09, que determina a realização de exames periódicos de saúde no âmbito do serviço público federal. O programa será oferecido, sem custos, a todos os servidores e magistrados, beneficiários ou não do plano de saúde da AMIL.

"Este programa visa o mapeamento da situação de saúde de nossos servidores e da quantificação dos fatores de risco à saúde existentes em nossa população, viabilizando assim um melhor planejamento dos novos projetos de promoção de saúde a serem desenvolvidos no Tribunal", sintetiza a presidente **Marli Ferreira**.

Os exames começaram no dia 23 de abril e a previsão é que terminem no dia oito de maio. "Vamos tentar estender o máximo para conseguirmos o maior número de servidores possível. É importante que eles saibam que mesmo fazendo acompanhamento fora, é importante a participação, porque os dados colhidos servem para estatística e orientação na implantação de programas no futuro", explica **Rosely Glezer**, diretora do Pró-Social.

É a primeira vez que o programa de acompanhamento da saúde dos servidores está sendo realizado desta forma. Para cada setor, existe dia e horário específico. O atendimento dura de 15 a 20 minutos e é realizado em três postos – Hall Nobre, no 25º andar e Térreo da Torre Sul e, ainda, na Secretaria de Gestão de Pessoas na Torre Norte – das 12h às 18h30. "Estamos fazendo o possível para ninguém ter que esperar muito. Cada que vez que um posto de atendimento está vago, chamamos outra pessoa", explica **Fátima Cristina da Graça Félix**, supervisora da Seção Específica de Qualidade de Vida do Pró-Social e uma das coordenadoras do programa.

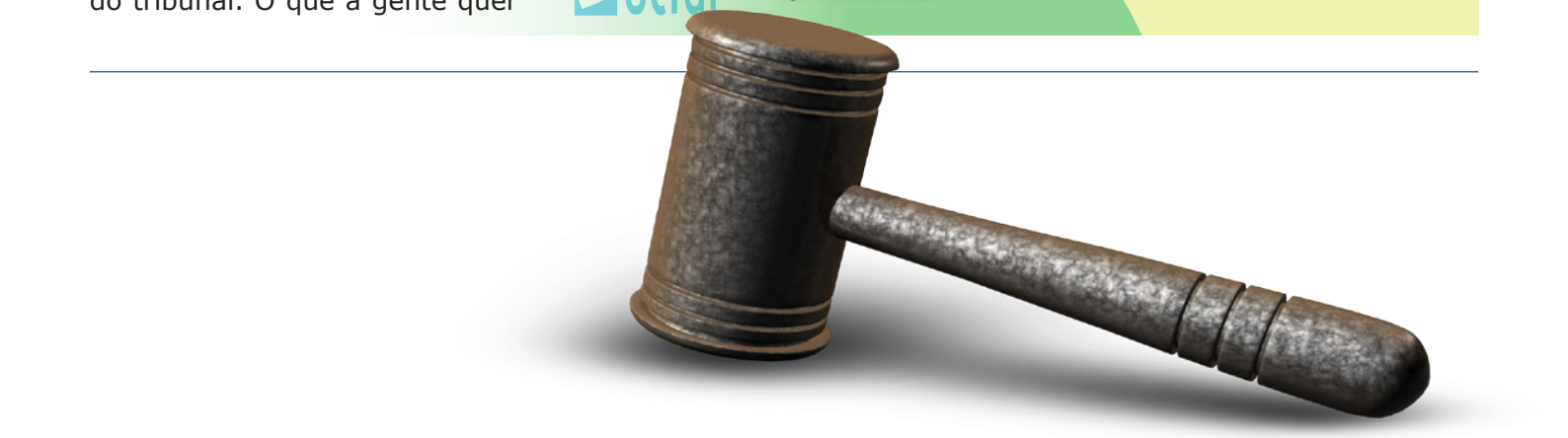
Toda a análise feita pela equipe de técnicos da Amil é baseada em uma entrevista na qual os servidores respondem perguntas. Não é preciso apresentar exames. De acordo com as respostas dos servidores, o técnico pode sugerir a realização de um exame rápido, feito através de uma picada no dedo, para a

Servidores participam dos exames no primeiro dia de atendimento no Hall Nobre, 25º andar da Torre Sul

aferição do nível de colesterol e glicemia. Se o servidor é jovem, sem antecedentes e problemas na família, ele não precisa colher sangue para o exame e nem medir a pressão. Posteriormente, será emitido um relatório individual, lacrado para todos que participarem da pesquisa.

A diretora do Pró-Social ressalta que o sigilo médico é garantido. "O Pró-Social só vai ter acesso aos dados globais, número de sedentários, hipertensos e diabéticos. A informação médica é confidencial, só vai ser repassada para os médicos do tribunal. O que a gente quer mesmo é ter uma visão geral da saúde dos servidores. É uma preocupação que a administração está mostrando que tem com os seus servidores", afirma Rosely Glezer.

Wellington Campos



TRIBUNAL PUBLICA TRÊS NOVAS SÚMULAS

Ao todo, o TRF3 já tem 34 súmulas em vigor, que facilitam o trabalho de magistrados, advogados e jurisdicionados

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região criou, no mês de abril, mais três súmulas, passando a um total de 34 enunciados. Elas foram publicadas no Diário Eletrônico nos dias 6, 13 e 15 de abril, seguindo as normas do Regimento Interno do TRF3, que prevê três publicações para ciência da população.

Os enunciados das três súmulas, referentes a assuntos criminais, são os seguintes:

SÚMULA 32

É competente o relator para dirimir conflito de competência em matéria penal através de decisão monocrática, por aplicação analógica do artigo 120, parágrafo único do Código de Processo Civil autorizada pelo artigo 3º do Código de Processo Penal.

SÚMULA 33

Vigora no processo penal, por aplicação analógica do artigo 87 do Código de Processo Civil autorizada pelo artigo 3º do Código de Processo Penal, o princípio da "perpetuatio jurisdictionis".

SÚMULA 34

O inquérito não deve ser redistribuído para Vara Federal Criminal Especializada enquanto não se destinar a apuração de crime contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492/86) ou delito de "lavagem" de ativos (Lei nº 9.613/98).

No âmbito da uniformização da jurisprudência, a súmula indica a condensação de séries de acórdãos do mesmo Tribunal, que têm a mesma interpretação. Ela não tem caráter obrigatório, mas persuasivo.

Para pesquisar na internet do Tribunal, o interessado deve entrar no endereço eletrônico *www.trf3.jus.br*, clicar no banner da JURISPRUDÊNCIA (à direita no vídeo). Na página Pesquisa Temática de Jurisprudência, entrar no submenu Súmulas, que dá acesso às 34 súmulas publicadas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Para facilitar a pesquisa, o interessado também poderá acessar todas as súmulas de uma só vez, tanto em ordem crescente quanto decrescente.

Ana Cristina Eiras

JUÍZES FEDERAIS SUBSTITUTOS TOMAM POSSE NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

Em sessão solene, o TRF3 recebe os 24 novos juízes federais substitutos, aprovados no 14º concurso

Foto: João Fábio Kairuz

Os 24 novos juízes federais substitutos durante a sessão solene na qual tomaram tosse

No último dia 22 de abril, a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira**, presidiu a sessão solene de posse dos novos magistrados aprovados no XIV Concurso Público para o Cargo de Juiz Federal Substituto da Justiça Federal da 3ª Região. A solenidade aconteceu na sala de sessões plenárias do Tribunal.

Os 24 novos juízes são: **Marcelo Costenaro Cavali, Márcio Augusto de Melo Matos, Márcio Assad Guardia, Alessandra Pinheiro Rodrigues D'Aquino, Gilvânklim Marques de Lima, Tiago Bologna Dias, Tatiana Pattaro Pereira, Eliane Mitsuko Sato, Osias Alves Penha, Debora Cristina Thum, Fernando Zelada, Fabiana Alves Rodrigues, Tathiane Menezes da Rocha Pinto, Rodiner Roncada, Adriana Galvão Starr, Paulo Bueno de Azevedo, Bruno César Lorencini, Leonardo Vietri Alves de Godoi, Jorge Alberto Araújo de Araújo, Roberta Monza Chiari, Karina Lizie Holler, Marcio Cristiano Ebert, Luiz Augusto Tamassaki Fiorentini e Lidiane Maria Oliva Cardoso**.

O empossado Marcelo Constenaro Cavali, representando os juízes federais substitutos do 14º concurso, proferiu em sua saudação: "Afirmo, sem medo de errar, que foram selecionados profissionais extremamente comprometidos com o ideal de justiça que se espera no exercício da função jurisdicional. Aqui chegamos após superar os percalços de um dos concursos mais concorridos e prestigiados do Brasil. Ter superado tais obstáculos, nos deixa, sem dúvida, orgulhosos. Aprendemos a dedicação, a disciplina, o pensar, o estudar, o domínio da técnica e da teoria jurídica. A magistratura, porém, é ofício que se aprende exercendo. Mantenhamos a humildade que nos conduziu até aqui."

O desembargador federal Fábio Prieto, presidente da Banca Examinadora do 14º Concurso Público, falou em nome do Tribunal. Ele lembrou a primeira posse de juízes federais substitutos do TRF3. "Há pouco mais de 18 anos, em 11 de abril de 1991, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região dava posse aos primeiros cinco juízes federais substitutos concursados pela instituição. O plenário da corte vivenciava então a atmosfera de hoje: a alegria dos aprovados", afirmou. Ele ressaltou ainda que os novos juízes "puderam participar do maior certame público da história da Justiça Federal do Brasil, com mais de 5.500 inscritos", e encerrou o discurso destacando que "com o aprendizado dos muitos anos que virão nada mais é preciso registrar no dia de hoje. Os senhores já sabem como chegaram aqui, porque receberam a toga e a razão pela qual foram colocados em certa posição simbólica no plenário da corte, diante da sociedade".

A presidente do TRF da 3ª Região, desembargadora federal Marli Ferreira, finalizou a solenidade afirmando que "este Tribunal deseja sinceramente que a escolha de vossas excelências para o honroso cargo de juiz federal seja uma marca perene nos seus corações, que os senhores coloquem a cada dia, em cada ato que proferirem, cada pessoa que atenderem, e cada ser humano que estiver atrás daqueles processos, todo o sentimento que trouxeram de uma formação sólida, séria e honrada que eu tenho certeza que tiveram"

Ana Carolina Minorello e Mônica Gifoli

JUSTIÇA FEDERAL DE CORUMBÁ (MS) INAUGURA NOVA SEDE

A 4ª Subseção Judiciária Federal de Mato Grosso do Sul é a 1ª Vara do país especializada em Direito Ambiental, Indígena e Agrário

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira**, inaugurou no dia 28 de abril, as novas instalações da 4ª Subseção Judiciária Federal de Mato Grosso do Sul, na cidade de Corumbá.

A 4ª Subseção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul foi implantada pelo TRF da 3ª Região em 09/06/2000 e tem jurisdição sobre os municípios de Corumbá e Ladário. As juízas federais **Eliana Borges de Mello Marcelo** (titular) e **Fernanda Carone Sborgia** (substituta) respondem pela 1ª Vara da Justiça Federal de Corumbá, que possui atualmente 4.500 processos em tramitação.

Em Corumbá, funciona a 1ª Vara especializada em Direito Ambiental, Indígena e Agrário, que atende a região do Pantanal nas questões indígenas e agrárias, cuida de queimadas, poluição de águas, pesca ilegal, além de possuir as atribuições normais da competência da Justiça Federal.

Compareceram ao evento: o prefeito do município, **Ruiter Cunha de Oliveira**; o desembargador federal **Carlos Muta**; o diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, juiz federal **Renato Toniasso**; a juíza federal **Eliana Borges de Mello Marcelo**, entre outras autoridades.

A nova sede localiza-se na Rua 15 de Novembro, 120, Corumbá, MS.

Ester Laruccia

JF DE TRÊS LAGOAS (MS) IRÁ GANHAR NOVAS INSTALAÇÕES

Marco inaugural determina o local para construção do novo prédio que abrigará a Justiça Federal de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul

A presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal **Marli Ferreira** participou no dia (27/04) da solenidade de lançamento da pedra fundamental em terreno que abrigará a nova sede da Justiça Federal de Três Lagoas/MS.

Também estiverem presentes no evento, o diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, juiz federal **Renato Toniasso**, o diretor da 3ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, juiz federal **Jairo da Silva Pinto** e a prefeita do município **Simone Tebet** (PMDB), entre outras autoridades.

A pedra fundamental determina o local em que será construído o novo prédio que abrigará a 3ª Subseção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas, e foi colocada em uma área localizada na esquina da Avenida Trajano dos Santos e Rua Alfredo Justino (ao lado da Igreja Matriz).

Para a presidente do TRF3, desembargadora federal Marli Ferreira: "Esta será uma obra importante para a Justiça Federal, pois ela fecha o ciclo de novas obras em Mato Grosso do Sul".

A Justiça Federal de Três Lagoas foi implantada pelo TRF da 3ª Região em 10 de dezembro de 1999 e tem jurisdição sobre os municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. O juiz federal Jairo da Silva Pinto é o titular da 1ª Vara da Justiça Federal de Três Lagoas que possui atualmente 5.000 processos em tramitação.

Ester Laruccia

TRIBUNAL REALIZA SESSÕES DE JULGAMENTO EM MATO GROSSO DO SUL

O desembargador federal Cotrim Guimarães, presidente da 2ª Turma do TRF3 coordenou o trabalho

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul recebeu no dias 22 e 23 de abril desembargadores federais da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, que realizaram sessões extraordinárias de julgamento.

O desembargador federal **Cotrim Guimarães**, presidente da 2ª Turma coordenou os trabalhos. Cerca de 57 processos foram julgados. Os advogados inscritos puderam fazer sustentação oral, até mesmo de São Paulo, por videoconferência. Também participaram das sessões de julgamento os desembargadores federais **Nelton dos Santos** e **Henrique Herkenhoff**.

As sessões aconteceram na 1ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 – Auditório – Parque dos Poderes – Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

As sessões extraordinárias foram determinadas pela presidente do TRF3, desembargadora federal **Marli Ferreira**, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 45, de 8/12/2004, que autoriza os Tribunais Regionais Federais a funcionarem descentralizadamente, a fim de assegurar o pleno acesso à justiça.

Ester Laruccia

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DISPONIBILIZA SISTEMA DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO

Nova estrutura visa facilitar a comunicação entre servidores e o setor

Já está disponível para todos os servidores, desde o dia 24 de abril, o **e-sau** – serviço de atendimento ao usuário – sistema eletrônico de comunicação idealizado e desenvolvido pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF da 3ª Região.

Com a implantação do novo serviço é possível, pela intranet, efetuar elogios, críticas, reclamações ou tirar dúvidas sobre assuntos como aposentadoria, adicional de qualificação, frequência, folha de pagamento, lotação, entre outros.

A ideia do projeto surgiu há aproximadamente dois anos, afirma **Rosana Moraes Zonaro**, Diretora da Subsecretaria de Coordenação de Processos na Gestão de Pessoas – UCEP. "Quando começamos a fazer o planejamento estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas levantamos uma série de indicadores necessários para medir a qualidade dos serviços e a necessidade de facilitar e melhorar os canais de comunicação entre Secretaria e usuário".

Para ela, é importante que as pessoas interajam com o setor de forma mais fácil. "Com o e-sau é possível monitorar essa comunicação. O sistema permite a emissão de relatórios gerenciais. Assim, pode-se focar melhor a demanda, identificar o problema, melhorar o serviço e checar a qualidade".

O prazo para resposta no sistema e-sau depende da complexidade do assunto. "A premissa é que o servidor tenha a resposta o mais rápido possível. A ideia é que, com o tempo, haja um prazo médio ideal para cada tipo de assunto", diz Rosana.

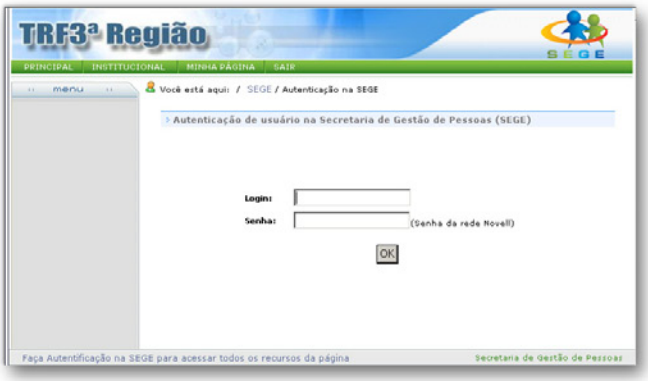
A próxima etapa do programa é a solicitação de serviços pelo e-sau. "Em maio já pretendemos implantar alguns serviços, os mais simples, que não exigem preenchimento de formulários ou assinatura", adianta Rosana. "O e-sau representa um grande passo, pois é uma mudança de cultura na prestação de serviços e monitoramento das atividades. A Secretaria já trabalhava com e-mail, mas agora será sistematizado. A expectativa é que seja o início da implantação de processos administrativos virtuais".

É importante que os servidores conheçam e usem o sistema. "A utilização do e-sau é fundamental para a melhoria dos serviços. Quanto mais pessoas utilizarem, melhor para a Secretaria e para o usuário", finaliza Rosana.

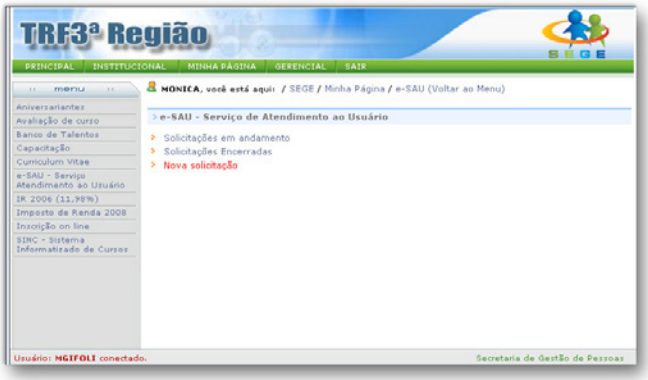
Mônica Gifoli

Como fazer uma solicitação

1. Na intranet: Secretaria de Gestão de Pessoas, Acesso Rápido, clicar no ícone **e-sau**



2. Autenticar login e senha



3. Clicar em "Nova solicitação"

4. Escolher o tipo de solicitação, o assunto, descrever, anexar um arquivo – se for o caso –, preencher o ramal, definir a prioridade e enviar

Foto: João Fábio Kairuz

Paula junto aos colegas Ednaldo Alves da Silva, Nelson dos Santos Filho, Natália Resende Nogueira, Jéssica Valdo Jlurzka e Israel Siqueira Júnior

Rosangela Paula de Oliveira

Quem nunca viu o sorriso da servidora Paula Oliveira, que trabalha na Distribuição há 16 anos, terá a oportunidade de conhecê-la melhor na Seção Bate Papo desta semana. Paula é Auxiliar Judiciária do TRF3 e nunca trocou de lotação. Antes de ingressar no Tribunal, ela era funcionária pública da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Atualmente, Paula costuma distribuir simpatia a todos que tem o prazer de conviver com ela diariamente

Idade — 51 anos

Onde trabalho — Distribuição

Formação — 2º grau completo

Livro Predileto — Muitas vidas muitos mestres, de Brian Weiss

Filme que assisti — O sexto sentido com Bruce Willis

Música que marcou — Help! com Tina Turner

Lazer no fim-de-semana — Ler e dançar

Minha família — Uma filha, marido, três cachorras e três pássaros

Comida que eu gosto — Risotos

O melhor restaurante da Paulista — Amaranto

Um lugar em São Paulo — Minha casa

Se eu não fosse servidor — Seria jornalista

Um sonho — Ter netos

EMAG ORGANIZA WORKSHOP SOBRE "CRIMES CONTRA CRIANÇAS FACILITADOS PELO COMPUTADOR"

O evento irá contar com a participação do presidente do Centro Internacional para crianças desaparecidas e exploradas, Guilhermo Galarza

Com a participação de especialistas americanos, a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, EMAG, realiza nos dias 4 e 5 de maio, das 9h às 16h, o workshop "Crimes contra crianças facilitados pelo computador". O evento é coordenado pelo diretor da EMAG, desembargador federal **Newton De Lucca**, pela procuradora da República **Adriana Scordamaglia** e pelo juiz federal **Nino Oliveira Toldo** e acontece no auditório da EMAG, localizado na Avenida Paulista, 1912 – Edifício Funcef Center – 1ª Andar – São Paulo.

Entre os instrutores do Workshop estão **Guilhermo Galarza**, do Centro Internacional para crianças desaparecidas e exploradas; **Rich Brown** chefe de inteligência da polícia do Estado de Nova Jérsei (EUA); **Robert Angelini**, detetive da promotoria do condado de Monmouth em Nova Jérsei (EUA); **Jeffrey A. Dort**, vice-procurador distrital de San Diego na Califórnia (EUA); **Sérgio Gardenghi Suiama**, procurador da República e coordenador do Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos (MPF/SP); e **Thiago Tavares Nunes de Oliveira**, presidente da ONG SaferNet Brasil.

O curso é direcionado para desembargadores, juízes federais, membros do Ministério Público Federal e servidores. Magistrados e servidores do Judiciário Federal podem fazer inscrições pelo site *www.trf3.jus.br/emag*; membros e servidores do Ministério Público Federal devem efetuar a inscrição no endereço *www.nucleodeeventos@prsp.mpf.gov.br*.

No final, será conferido certificado de participação. O evento, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), faz parte do Programa Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa para Juízes Federais (PNA) e será transmitido por videoconferência para as Subseções Judiciárias do Estado de São Paulo e para a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

Wellington Campos

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

clique no cartaz abaixo

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ACOM
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
TRF 3ª R

EXPEDIENTE

Ester Laruccia – MTB: 26021
Assessora de Comunicação

Reportagem:
Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andrea Moraes, Ester Laruccia, Mônica Gifoli, Wellington Campos

Secretaria de Redação:
Daniela Benedete

Fotografia:
Edgard Catão, João Fábio Kairuz

Colaboradores:
Bernardo Spinelli, Eduardo Costa

Projeto Gráfico e Editoração:
Edgard Catão

ANO II / Número 11 / 2009

Realização:
Assessoria de Comunicação do TRF3
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul
10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Informativo de distribuição interna